

Contas Nacionais Trimestrais Por Setor Institucional (Base 2011)

4º Trimestre de 2016

Capacidade de financiamento da economia aumenta

A capacidade de financiamento da economia situou-se em 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano terminado no 4º trimestre de 2016, mais 0,3 pontos percentuais (p.p.) que a observada no trimestre anterior. A poupança bruta aumentou 1,7%, verificando-se um aumento do Rendimento Disponível Bruto (RDB) da nação superior ao acréscimo da despesa de consumo final da economia. O Rendimento Nacional Bruto (RNB) registou uma taxa de variação de 1,1%, superior em 0,4 p.p. à taxa de variação do PIB, refletindo a melhoria do saldo dos rendimentos de propriedade com o exterior.

A taxa de poupança das Famílias fixou-se em 4,4%, menos 0,2 p.p. que no trimestre precedente, refletindo um crescimento ligeiramente mais elevado da despesa de consumo final comparativamente com o do rendimento disponível (1,0% e 0,8%, respetivamente). A capacidade de financiamento das famílias passou de 1,2% para 0,8% do PIB no 4º trimestre de 2016, enquanto os saldos das sociedades não financeiras e das sociedades financeiras representavam 0,4% e 2,2% do PIB, respetivamente.

A necessidade de financiamento das Administrações Públicas (AP) diminuiu 1,7 p.p., passando de 3,8% do PIB no ano acabado no 3º trimestre de 2016 para 2,1%. Esta diminuição resultou do efeito conjugado do aumento de 0,7% da receita e de uma redução de 3,0% da despesa. Tomando como referência valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP situou-se em cerca de 49,9 milhões de euros no 4º trimestre de 2016, correspondendo a 0,1% do PIB (-6,8% em igual período do ano anterior).

Considerando o conjunto do ano 2016, o saldo global das AP fixou-se em -3807,3 milhões de euros, correspondente a -2,1% do PIB (-4,4% do PIB em 2015).

Os resultados apresentados correspondem à versão preliminar das Contas Trimestrais por Setor Institucional (CTSI) do 4º trimestre de 2016.

Os agregados de Contas Nacionais estão expressos exclusivamente em termos nominais.

Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos que a seguir se apresentam, referem-se ao ano acabado no trimestre de referência, o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares. Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação

em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano terminado no trimestre precedente.

Além dos quadros em anexo a este destaque, é possível aceder a informação adicional na área de Contas Nacionais do Portal do INE:

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais

Capacidade de financiamento da economia aumentou para 1,5% do PIB

A economia Portuguesa registou uma capacidade de financiamento de 1,5% do PIB no 4º trimestre de 2016, mais 0,3 p.p. que no trimestre anterior. O RNB aumentou 1,1%, como resultado do acréscimo do PIB nominal em 0,7%, verificando-se ainda uma melhoria do saldo dos rendimentos de propriedade.

O RDB registou uma taxa de variação de 1,0%, superior ao acréscimo da despesa de consumo final (0,9%), conduzindo ao aumento de 1,7% da poupança bruta (0,8% no trimestre anterior).

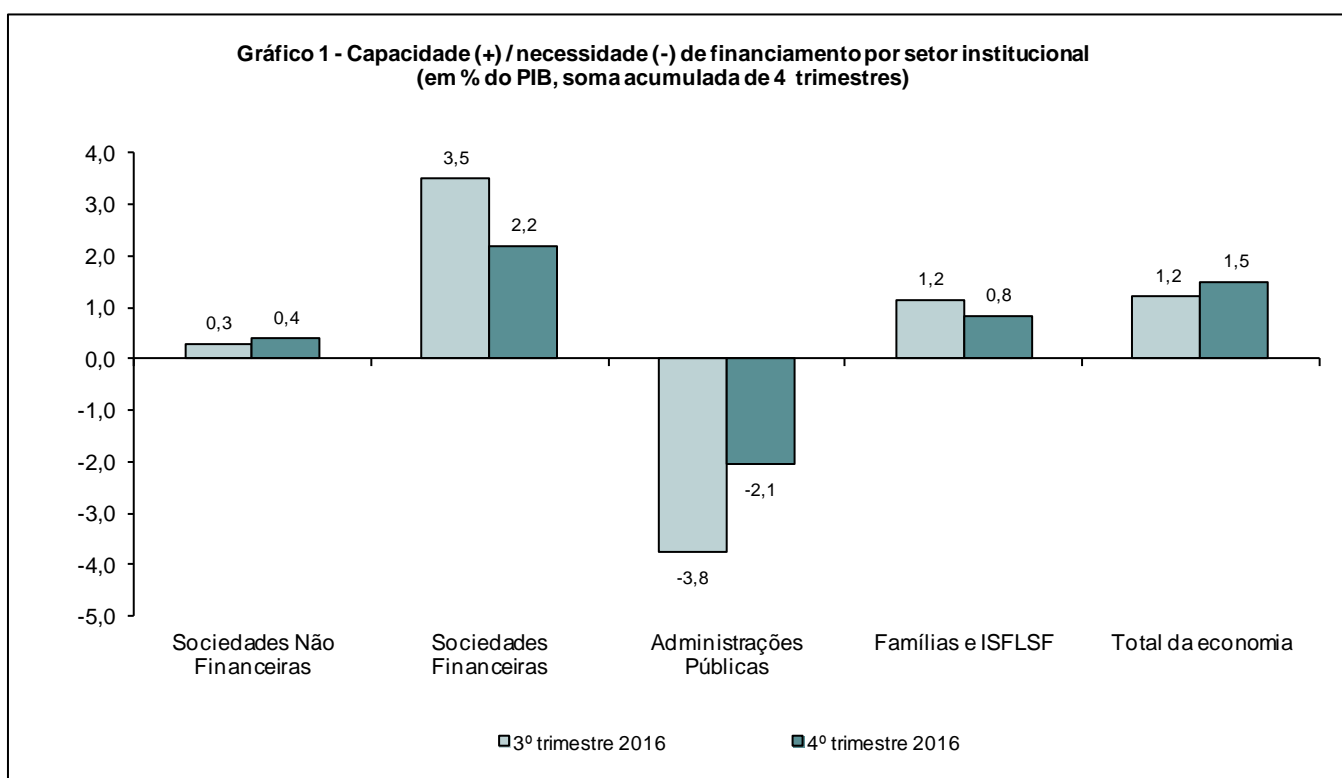
Dado o comportamento da FBC e do saldo das transferências de capital, o aumento da poupança determinou um aumento da capacidade de financiamento para 1,5% do PIB (1,2% no ano terminado no trimestre anterior).

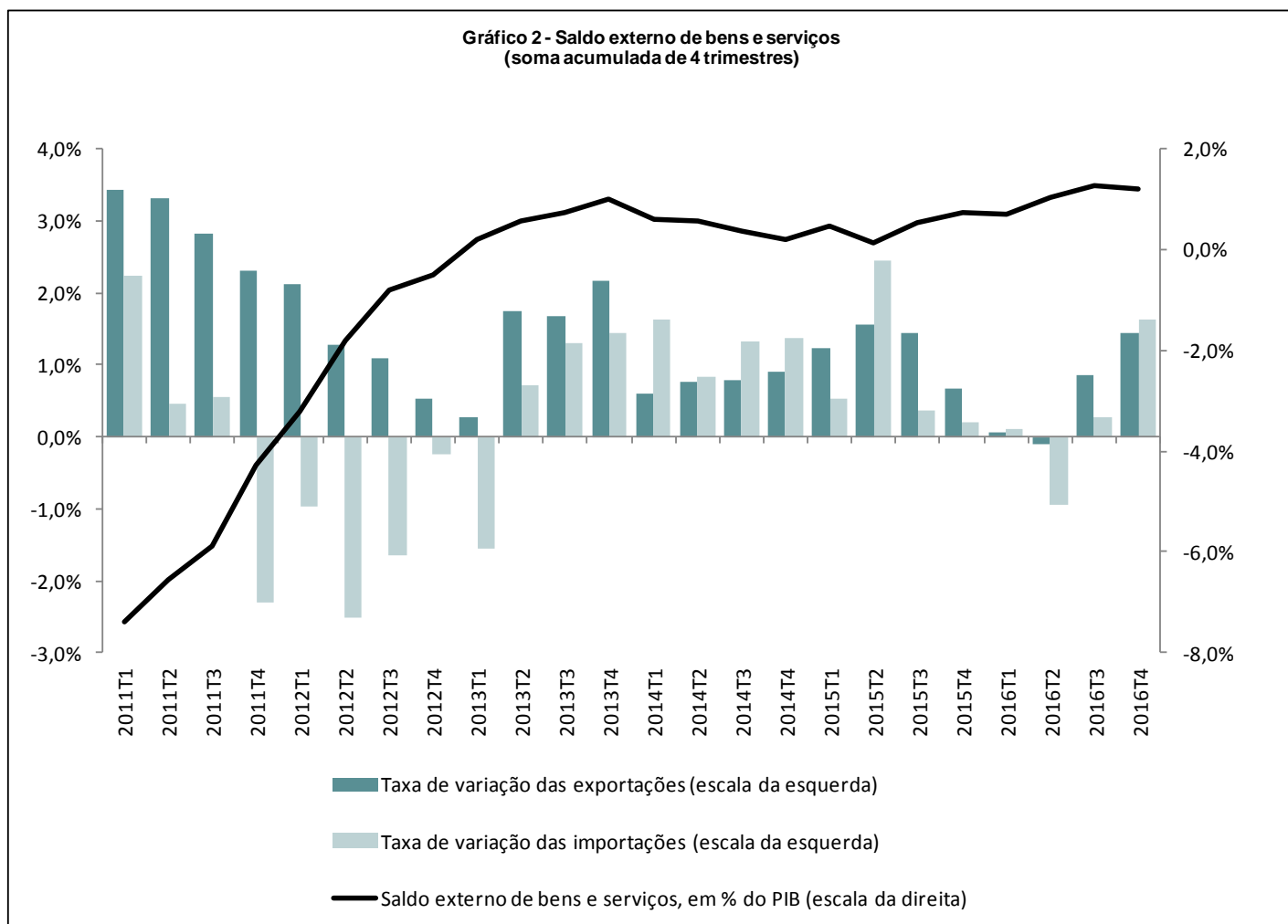
O gráfico 1 apresenta a evolução da capacidade (+)/necessidade(-) de financiamento da economia por

setor institucional. A necessidade de financiamento das AP diminuiu 1,7 p.p., fixando-se em 2,1% do PIB. A melhoria do saldo das AP reflete essencialmente o efeito negativo da injeção de capital do Banif registada no 4º trimestre de 2015 e, em menor grau, a diminuição de 15,5% da Formação Bruta de Capital.

O saldo das Sociedades Não Financeiras aumentou 0,1 p.p. para 0,4% do PIB no 4º trimestre de 2016. A capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras diminuiu para 2,2% do PIB (3,5% no ano acabado no trimestre anterior), devido ao efeito simétrico da injeção de capital no Banif anteriormente referida.

O saldo externo de bens e serviços passou de 1,3% no trimestre anterior para 1,2% do PIB, tendo as exportações e as importações de bens e serviços aumentado 1,4% e 1,6%, respetivamente (ver gráfico 2).





Famílias: capacidade de financiamento diminuiu para 0,8% do PIB

A capacidade de financiamento das Famílias¹ atingiu 0,8% do PIB no ano acabado no 4º trimestre de 2016 (1,2% no trimestre anterior).

A taxa de poupança das Famílias situou-se em 4,4% do rendimento disponível, diminuindo 0,2 p.p. face ao trimestre anterior. Como se pode observar no gráfico 3, esta evolução resulta do crescimento mais elevado da despesa de consumo final relativamente ao rendimento

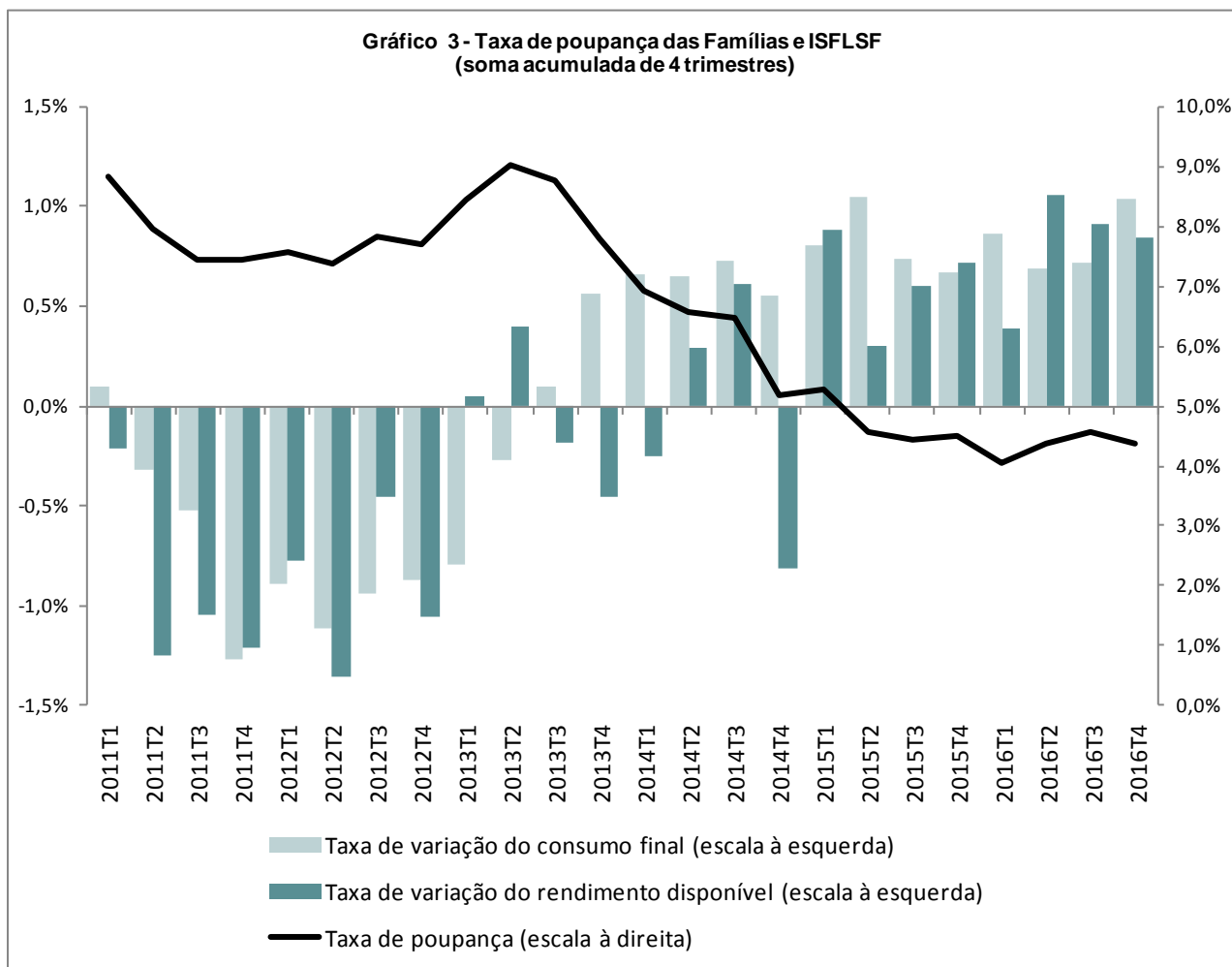
disponível (taxas de variação de 1,0% e 0,8% respetivamente).

O crescimento do rendimento disponível das Famílias resultou principalmente do aumento de 1,1% das remunerações recebidas – por contrapartida sobretudo das remunerações pagas pelas Sociedades Não Financeiras – e, em segundo lugar, do acréscimo de 1,2% do excedente bruto de exploração/rendimento misto.

Como se observa no quadro 1, que apresenta a decomposição da taxa de variação do rendimento disponível (0,8%), as remunerações apresentaram o contributo mais relevante (0,7 p.p.) para aquele crescimento. O quadro 2 apresenta a composição do rendimento disponível das Famílias. No 4º trimestre de

¹ Inclui as Famílias e as instituições Sem Fim Lucrativos ao Serviço das Famílias (ISFLSF). Corresponde ao código S1M, nos ficheiros Excel em anexo.

2016, as remunerações representavam 63,9% do rendimento disponível e o excedente bruto/rendimento misto 26,4%.



Quadro 1: Contributos para a variação percentual do rendimento disponível das Famílias e ISFLSF (p.p., soma acumulada de 4 trimestres)

	Remunerações	Excedente bruto de Exploração / Rendimento Misto	Rendimentos de propriedade líquidos recebidos	Prestações sociais líquidas de contribuições, excluindo Transf. sociais em espécie	Transferências líquidas recebidas	Impostos	Rendimento Disponível
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = (1)+...(5) - (6)
2011T4	-1,0	-0,1	0,0	0,3	0,1	0,4	-1,2
2012T1	-0,7	0,0	-0,1	0,4	-0,4	0,0	-0,8
2012T2	-1,9	0,1	0,1	0,6	-0,1	0,2	-1,4
2012T3	-0,8	0,1	0,0	0,2	-0,2	-0,2	-0,5
2012T4	-1,6	0,3	-0,1	0,1	-0,1	-0,4	-1,1
2013T1	0,0	0,1	0,6	0,2	0,1	1,0	0,0
2013T2	0,0	0,1	0,2	0,3	0,0	0,1	0,4
2013T3	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,6	-0,2
2013T4	0,7	0,1	-0,3	-0,1	0,4	1,2	-0,5
2014T1	-0,2	0,0	0,0	-0,1	0,1	0,1	-0,3
2014T2	0,6	0,0	0,1	-0,5	0,1	0,1	0,3
2014T3	0,5	0,1	0,0	0,5	0,0	0,4	0,6
2014T4	-0,6	0,0	0,0	-0,5	-0,2	-0,4	-0,8
2015T1	0,5	0,1	0,2	-0,1	0,2	0,0	0,9
2015T2	0,5	0,0	-0,2	0,0	0,0	0,0	0,3
2015T3	0,1	0,1	0,3	0,1	0,0	-0,1	0,6
2015T4	0,5	0,1	-0,2	0,1	0,1	-0,1	0,7
2016T1	0,4	0,2	-0,1	-0,1	-0,1	0,0	0,4
2016T2	0,6	0,2	0,1	0,0	0,2	-0,1	1,1
2016T3	0,6	0,2	-0,4	0,0	0,1	-0,4	0,9
2016T4	0,7	0,3	0,2	-0,2	-0,1	0,1	0,8

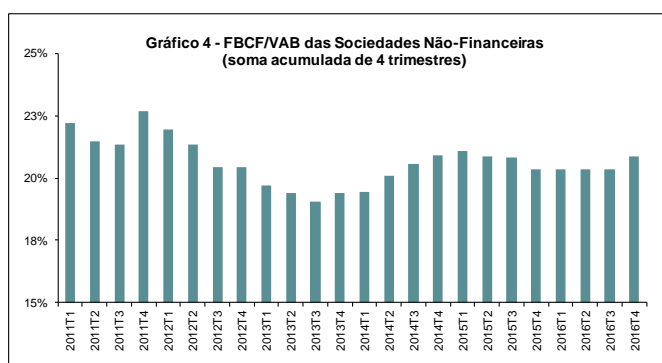
Quadro 2: Peso percentual das componentes do rendimento disponível das Famílias e ISFLSF (% soma acumulada de 4 trimestres)

	Remunerações	Excedente bruto de Exploração / Rendimento Misto	Rendimentos de propriedade líquidos recebidos	Impostos	Prestações sociais líquidas de contribuições sociais, excluindo Transf. sociais em espécie	Transferências líquidas recebidas
2011T4	65,3	24,7	7,8	-8,5	6,6	4,1
2012T1	65,0	24,9	7,7	-8,6	7,1	3,8
2012T2	64,0	25,3	8,0	-8,8	7,8	3,8
2012T3	63,5	25,5	8,0	-8,7	8,0	3,6
2012T4	62,5	26,1	8,0	-8,4	8,3	3,5
2013T1	62,5	26,1	8,6	-9,4	8,5	3,6
2013T2	62,2	26,1	8,7	-9,4	8,8	3,6
2013T3	62,4	26,2	8,8	-10,1	8,9	3,7
2013T4	63,4	26,4	8,6	-11,3	8,8	4,1
2014T1	63,3	26,5	8,6	-11,5	8,8	4,2
2014T2	63,8	26,5	8,6	-11,5	8,3	4,3
2014T3	63,9	26,4	8,6	-11,8	8,7	4,2
2014T4	63,7	26,6	8,8	-11,4	8,2	4,1
2015T1	63,6	26,5	8,9	-11,3	8,1	4,2
2015T2	63,9	26,5	8,6	-11,3	8,1	4,2
2015T3	63,7	26,4	8,9	-11,1	8,1	4,1
2015T4	63,7	26,3	8,6	-10,9	8,2	4,1
2016T1	63,9	26,5	8,5	-10,9	8,1	4,0
2016T2	63,8	26,4	8,5	-10,6	7,9	4,1
2016T3	63,8	26,3	8,0	-10,2	7,8	4,2
2016T4	63,9	26,4	8,2	-10,2	7,5	4,1

Sociedades Não Financeiras: capacidade de financiamento fixou-se em 0,4% do PIB

A capacidade de financiamento das Sociedades Não Financeiras fixou-se em 0,4% do PIB no ano terminado no 4º trimestre de 2016, superior em 0,1 p.p. à registada no trimestre precedente. O crescimento do Valor Acrescentado Bruto (VAB) em 0,9% foi parcialmente compensado pelo aumento de 1,3% das remunerações pagas, observando-se um aumento de apenas 0,3% no excedente bruto de exploração. O saldo negativo dos rendimentos de propriedade melhorou, determinando um aumento de 1,8% na poupança do setor.

O investimento (FBCF) do setor aumentou 3,4% no ano acabado no 4º trimestre de 2016, o que determinou um acréscimo da taxa de investimento (medida através do rácio entre a FBCF e o VAB) em 0,5 p.p., para 20,9%.



Sociedades Financeiras: capacidade de financiamento diminuiu para 2,2% do PIB

No ano acabado no 4º trimestre de 2016, o setor das Sociedades Financeiras apresentou uma capacidade de financiamento de 2,2% do PIB, menos 1,3 p.p. que no trimestre anterior. Este decréscimo resulta do efeito da

injeção de capital no Banif efetuada no 4º trimestre de 2015, cujo impacto terminou no 4º trimestre de 2016.

O VAB do setor financeiro diminuiu 0,7%, que compara com uma redução de 1,4% no ano terminado no 3º trimestre de 2016. O saldo dos rendimentos de propriedade diminuiu 4,5%, devido principalmente à diminuição dos rendimentos recebidos.

Setor das Administrações Públicas: défice diminuiu 1,7 p.p.

A necessidade de financiamento do setor das AP registou uma diminuição de 1,7 p.p. no ano terminado no 4º trimestre de 2016, relativamente ao trimestre anterior, atingindo 2,1% do PIB. A diminuição da necessidade de financiamento resultou dos efeitos conjugados do aumento de 0,7% da receita e de uma redução de 3,0% da despesa (ver quadros 3 e 4).

A receita apresentou um acréscimo em ambas as componentes, receitas correntes e receitas de capital, salientando-se o aumento das contribuições sociais (1,5%) e das receitas com impostos sobre o rendimento e património (1,5%).

A redução da despesa foi determinada pela diminuição da despesa de capital (-42,9%), tanto pela diminuição das outras despesas de capital (em particular devido ao efeito da injeção de capital no Banif ocorrida no 4º trimestre de 2015), como do investimento. A despesa corrente aumentou, refletindo essencialmente os aumentos das despesas com pessoal (0,9%) e do consumo intermédio (0,6%).

Tomando como referência valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP situou-se em cerca de 49,9 milhões de euros no 4º trimestre de

2016, correspondendo a 0,1% do PIB (-6,8% em igual período do ano anterior).

Para o conjunto do ano 2016, o saldo global das AP fixou-se em -3 807,3 milhões de euros, o que correspondeu a -2,1% do PIB (-4,4% do PIB em 2015). Conforme se observa no quadro 5, verificou-se um aumento da receita total (0,9%) e uma diminuição da despesa (-3,8%).

Do lado da receita destacam-se os aumentos da receita com impostos sobre a produção e importação (3,9%) e com as contribuições sociais (3,9%), para os quais contribuiu o Programa Especial de Redução do Endividamento ao Estado. Por outro lado, regista-se uma diminuição na receita de capital (-27,9%) relacionada com a redução das transferências recebidas através dos fundos da União Europeia, em parte compensada pelo reembolso da margem pré-paga retida aquando da concessão do empréstimo, pelo Fundo Europeu de Estabilização Financeira ao Estado, no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira³.

O comportamento da despesa foi marcado pela forte redução da despesa de capital (-51,6%), registando-se diminuições de 31,8% no investimento e 76,4% na outra despesa de capital. De referir que a despesa de capital inclui, em 2015, a operação de resolução do Banif. A despesa corrente registou um aumento, refletindo o acréscimo das despesas com pessoal (2,8%) e com prestações sociais (1,1%). Refira-se que o aumento das despesas com pessoal reflete a reversão total das reduções remuneratórias. Em sentido

contrário evoluiu a despesa com juros, que diminuiu 4,3% e a outra despesa corrente (variação de -3,6%).

O quadro 6 sintetiza os principais ajustamentos efetuados na passagem do saldo em contabilidade pública para o saldo em contabilidade nacional. Comparando o 4º trimestre de 2016 com o trimestre homólogo, verificou-se uma melhoria do saldo tanto em contabilidade pública como em contabilidade nacional, sendo mais significativa no último caso, devido essencialmente à operação de resolução do Banif ocorrida em 2015 conforme acima referido.

Para uma análise mais detalhada ver o destaque relativo aos "Principais Agregados das Administrações Públicas" divulgado em simultâneo com o presente destaque.

³ Os dois empréstimos atribuídos pelo Fundo Europeu de Estabilização Financeira recebidos ao abrigo do Programa de Assistência Económica e Financeira incluíam margens que tinham de ser pagas antecipadamente (*prepaid margins*). Estas margens são devolvidas às AP na maturidade dos empréstimos, o que num dos casos ocorreu em 2016.

Quadro 3: Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas no ano acabado no trimestre

Unidade: 10⁶ euros

	2015T4	2016T1	2016T2	2016T3	2016T4
Receitas totais	78 913,2	79 310,8	79 356,4	79 062,0	79 613,3
Receita corrente	77 607,5	78 059,6	78 261,9	78 135,8	78 671,6
Impostos sobre o rendimento e património	19 438,3	19 470,1	19 240,8	18 800,9	19 073,5
Impostos sobre a produção e importação	26 233,6	26 787,5	27 041,5	27 168,7	27 258,3
Contribuições sociais	20 775,1	20 904,6	21 089,7	21 272,8	21 595,4
Vendas	6 636,4	6 648,5	6 678,9	6 708,5	6 742,5
Outra receita corrente	4 524,2	4 248,9	4 211,1	4 184,9	4 001,9
Receita de capital	1 305,7	1 251,2	1 094,4	926,2	941,8
Despesas totais	86 739,1	86 103,9	85 764,5	85 978,7	83 420,6
Despesa corrente	79 038,1	78 771,3	78 882,0	79 450,1	79 695,0
Prestações sociais	34 637,3	34 713,2	34 868,9	34 977,6	35 006,6
Despesas com pessoal	20 272,9	20 319,0	20 481,0	20 669,4	20 847,1
Juros	8 191,3	7 972,7	7 925,6	7 866,8	7 836,0
Consumo intermédio	10 272,1	10 327,8	10 373,0	10 509,5	10 571,9
Subsídios	1 110,4	1 103,7	1 065,1	1 052,9	1 041,6
Outra despesa corrente	4 554,1	4 334,9	4 168,5	4 374,0	4 391,9
Despesa de capital	7 701,0	7 332,5	6 882,5	6 528,6	3 725,6
Investimento ⁽¹⁾	4 281,8	3 960,8	3 703,6	3 510,9	2 919,5
Outra despesa de capital	3 419,3	3 371,7	3 178,9	3 017,7	806,1
Saldo corrente	-1 430,6	- 711,7	- 620,1	-1 314,3	-1 023,5
Saldo total	-7 826,0	-6 793,1	-6 408,2	-6 916,8	-3 807,3
<i>Por Memória:</i>					
Despesa corrente primária	70 846,8	70 798,6	70 956,5	71 583,4	71 859,0
Produto Interno Bruto, a preços de mercado	179 504,3	180 975,1	182 197,3	183 616,4	184 931,1
Défice em % PIB	-4,4%	-3,8%	-3,5%	-3,8%	-2,1%

Quadro 4: Taxas de variação das Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas no ano acabado no trimestre

Unidade: %

	2015T4	2016T1	2016T2	2016T3	2016T4
Receitas totais	0,7	0,5	0,1	-0,4	0,7
Receita corrente	0,8	0,6	0,3	-0,2	0,7
Impostos sobre o rendimento e património	1,2	0,2	-1,2	-2,3	1,5
Impostos sobre a produção e importação	1,0	2,1	0,9	0,5	0,3
Contribuições sociais	0,5	0,6	0,9	0,9	1,5
Vendas	0,8	0,2	0,5	0,4	0,5
Outra receita corrente	-0,2	-6,1	-0,9	-0,6	-4,4
Receita de capital	-6,7	-4,2	-12,5	-15,4	1,7
Despesas totais	2,9	-0,7	-0,4	0,2	-3,0
Despesa corrente	0,2	-0,3	0,1	0,7	0,3
Prestações sociais	0,8	0,2	0,4	0,3	0,1
Despesas com pessoal	0,3	0,2	0,8	0,9	0,9
Juros	-1,2	-2,7	-0,6	-0,7	-0,4
Consumo intermédio	0,5	0,5	0,4	1,3	0,6
Subsídios	-4,2	-0,6	-3,5	-1,1	-1,1
Outra despesa corrente	-2,1	-4,8	-3,8	4,9	0,4
Despesa de capital	42,2	-4,8	-6,1	-5,1	-42,9
Investimento ⁽¹⁾	6,8	-7,5	-6,5	-5,2	-16,8
Outra despesa de capital	142,9	-1,4	-5,7	-5,1	-73,3

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

Quadro 5: Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas

	2015		2016		Variação em valor (%)
	milhões de euros	% PIB	milhões de euros	% PIB	
Receitas totais	78 913,2	44,0	79 613,3	43,1	0,9
Receita corrente	77 607,5	43,2	78 671,6	42,5	1,4
Impostos sobre o rendimento e património	19 438,3	10,8	19 073,5	10,3	- 1,9
Impostos sobre a produção e importação	26 233,6	14,6	27 258,3	14,7	3,9
Contribuições sociais	20 775,1	11,6	21 595,4	11,7	3,9
Vendas	6 636,4	3,7	6 742,5	3,6	1,6
Outra receita corrente	4 524,2	2,5	4 001,9	2,2	- 11,5
Receita de capital	1 305,7	0,7	941,8	0,5	- 27,9
Despesas totais	86 739,1	48,3	83 420,6	45,1	- 3,8
Despesa corrente	79 038,1	44,0	79 695,0	43,1	0,8
Prestações sociais	34 637,3	19,3	35 006,6	18,9	1,1
Despesas com pessoal	20 272,9	11,3	20 847,1	11,3	2,8
Juros	8 191,3	4,6	7 836,0	4,2	- 4,3
Consumo intermédio	10 272,1	5,7	10 571,9	5,7	2,9
Subsídios	1 110,4	0,6	1 041,6	0,6	- 6,2
Outra despesa corrente	4 554,1	2,5	4 391,9	2,4	- 3,6
Despesa de capital	7 701,0	4,3	3 725,6	2,0	- 51,6
Investimento ⁽¹⁾	4 281,8	2,4	2 919,5	1,6	- 31,8
Outra despesa de capital	3 419,3	1,9	806,1	0,4	- 76,4
Saldo corrente	-1 430,6	- 0,8	-1 023,5	- 0,6	
Saldo total	-7 826,0	- 4,4	-3 807,3	- 2,1	

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

Quadro 6: Passagem de saldos de Contabilidade Pública a Contabilidade Nacional

	Unidade: 10 ⁶ euros	
	2015T4	2016T4
Saldo em contabilidade pública:	-1 644,1	-1 354,4
Ajustamento accrual e delimitação setorial em Contas Nacionais	892,7	949,3
Diferença entre juros pagos e devidos	117,0	35,4
Outros valores a receber:	519,6	175,5
<i>Ajust. temporal de impostos e contribuições</i>	539,6	182,3
<i>Outros</i>	- 20,0	- 6,8
Outros valores a pagar:	232,7	253,6
<i>Encargos assumidos e não pagos</i>	251,7	274,9
<i>Outros</i>	- 19,1	- 21,3
Outros ajustamentos:	-3 177,5	- 9,5
<i>dos quais:</i>		
<i>Injeções de capital e assunção de dívidas</i>	-3 138,1	- 911,0
Saldo em contabilidade nacional:	-3 059,5	49,9
PIB Trimestral	45 199,6	46 514,3
Saldo em contabilidade nacional em % do PIB	-6,8%	0,1%

Economia nacional: Rendimento Nacional Bruto aumentou 1,1%

No 4º trimestre de 2016, o RNB registou uma variação nominal de 1,1%, mais 0,4 p.p. que a variação do PIB nominal. O aumento do RNB superior ao do PIB foi determinado pela melhoria do saldo negativo dos rendimentos de propriedade com o exterior (taxas de variação de 4,5% nos rendimentos recebidos e de -2,0% nos rendimentos pagos).

Quadro 7: PIB, RNB e RDB no ano acabado no trimestre

Ano acabado no trimestre	PIB		RNB		RDB	
	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)
2011T1	179 517	-0,2	174 405	0,3	175 653	0,4
2011T2	179 006	-0,3	174 292	-0,1	175 553	-0,1
2011T3	178 033	-0,5	174 346	0,0	175 665	0,1
2011T4	176 167	-1,0	172 772	-0,9	174 098	-0,9
2012T1	174 815	-0,8	170 491	-1,3	171 813	-1,3
2012T2	171 980	-1,6	167 742	-1,6	168 951	-1,7
2012T3	170 344	-1,0	165 903	-1,1	167 059	-1,1
2012T4	168 398	-1,1	164 317	-1,0	165 851	-0,7
2013T1	167 657	-0,4	164 355	0,0	165 927	0,0
2013T2	168 081	0,3	165 470	0,7	167 260	0,8
2013T3	168 906	0,5	166 375	0,5	168 208	0,6
2013T4	170 269	0,8	167 975	1,0	169 808	1,0
2014T1	170 735	0,3	168 337	0,2	170 434	0,4
2014T2	172 288	0,9	169 695	0,8	171 668	0,7
2014T3	173 375	0,6	170 889	0,7	172 993	0,8
2014T4	173 079	-0,2	170 117	-0,5	172 313	-0,4
2015T1	174 795	1,0	171 246	0,7	173 591	0,7
2015T2	176 533	1,0	172 103	0,5	174 405	0,5
2015T3	177 975	0,8	173 464	0,8	175 759	0,8
2015T4	179 504	0,9	174 353	0,5	176 847	0,6
2016T1	180 975	0,8	176 613	1,3	178 944	1,2
2016T2	182 197	0,7	177 739	0,6	180 485	0,9
2016T3	183 616	0,8	179 051	0,7	181 780	0,7
2016T4	184 931	0,7	181 106	1,1	183 674	1,0

O RDB da nação registou um aumento de 1,0% no 4º trimestre de 2016, enquanto a despesa de consumo final da economia (que engloba as despesas de consumo final das Famílias e das AP) cresceu 0,9%, resultando num acréscimo de 1,7% da poupança bruta da economia, o que foi determinante para o aumento da capacidade de financiamento para 1,5% do PIB no 4º trimestre de 2016.

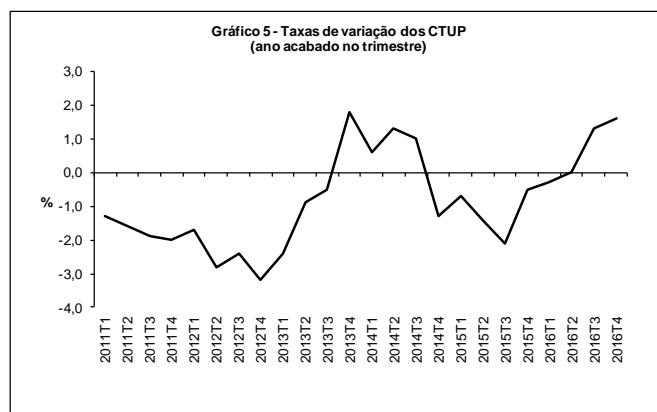
A FBC para o total da economia situou-se em 14,9% do PIB no 4º trimestre de 2016 (menos 0,1 p.p. que no trimestre anterior).

Quadro 8 - Poupança e Capacidade (+)/Necessidade de Financiamento (-) un.:% do PIB

Ano acabado no trimestre	Poupança Bruta	Saldo das transferências de capital com o Resto do Mundo	Formação Bruta de Capital	Capacidade(+)/Necessidade(-) Líquida de Financiamento
2011T1	11,3	1,5	20,9	-8,1
2011T2	11,9	1,4	20,4	-7,0
2011T3	12,8	1,5	20,0	-5,7
2011T4	13,1	1,4	18,6	-4,0
2012T1	12,7	1,6	17,6	-3,3
2012T2	13,0	1,7	16,5	-1,8
2012T3	12,8	1,8	15,5	-0,8
2012T4	13,7	2,0	15,7	0,0
2013T1	14,3	1,8	15,1	1,0
2013T2	14,9	1,8	14,9	1,9
2013T3	15,2	1,7	14,9	2,0
2013T4	15,4	1,5	14,6	2,3
2014T1	15,4	1,6	15,0	2,0
2014T2	15,2	1,5	15,0	1,7
2014T3	15,3	1,5	15,2	1,7
2014T4	15,0	1,2	15,3	1,0
2015T1	14,9	1,2	15,1	1,0
2015T2	14,5	1,2	15,6	0,1
2015T3	14,8	0,9	15,5	0,3
2015T4	14,7	1,0	15,5	0,3
2016T1	15,1	0,9	15,5	0,5
2016T2	15,3	0,8	15,2	0,8
2016T3	15,3	1,0	15,0	1,2
2016T4	15,4	1,0	14,9	1,5

Custos do trabalho por unidade produzida (CTUP) aumentam 1,6%

No ano acabado no 4º trimestre de 2016, os CTUP registaram um aumento de 1,6%, em resultado do aumento da remuneração média (taxa de variação de 1,4%), tendo a produtividade diminuído ligeiramente. No 4º trimestre de 2016 verificaram-se aumentos das remunerações superiores ao aumento do emprego.



Versão preliminar das Contas Anuais dos Setores Institucionais para 2016

A primeira versão preliminar das Contas Anuais dos Setores Institucionais é obtida pela soma dos 4 trimestres de 2016 agora divulgados. Os anos de 2015 e 2016 têm ainda uma natureza provisória, podendo

ser revistos até à publicação das versões definitivas, estando prevista para setembro de 2017 a divulgação dos dados finais relativos a 2015.

O quadro 8 apresenta a evolução anual dos principais agregados económicos decorrentes das Contas Nacionais por Setor Institucional.

Quadro 8 - Indicadores para a economia portuguesa

	2011	2012	2013	2014	2015 ^{Pe}	2016 ^{Pe}
PIB nominal (tx. de variação)	-2,1	-4,4	1,1	1,7	3,7	3,0
Contribuições para a tx. de variação do PIB nominal:						
RNB (tx. de variação)	-0,6	-4,9	2,2	1,3	2,5	3,9
RDB (tx. de variação)	-0,5	-4,7	2,4	1,5	2,6	3,9
Poupança Bruta (tx. de variação)	19,4	-0,4	13,4	-0,4	1,4	8,1
Taxa de Poupança dos Particulares (% do RDB)	7,5	7,7	7,8	5,2	4,5	4,4
Consumo Final dos Particulares (tx. de variação)	-2,0	-3,8	-0,4	2,6	3,3	3,4
Rendimento Disponível dos Particulares (tx. de variação)	-3,7	-3,6	-0,2	-0,2	2,5	3,2
Formação Bruta de Capital (tx. de variação)	-13,6	-19,2	-5,9	6,3	4,8	-0,6
Capacidade/necessidade de Financiamento						
Sociedades Não Financeiras (% do PIB)	-3,5	-0,3	1,4	1,2	-0,2	0,4
Sociedades Financeiras (% do PIB)	4,3	3,1	2,1	4,8	3,8	2,2
Administrações Públicas (% do PIB)	-7,4	-5,7	-4,8	-7,2	-4,4	-2,1
Particulares (% do PIB)	2,6	2,9	3,6	2,2	1,0	0,8
Total da Economia (% do PIB)	-4,0	0,0	2,3	1,0	0,3	1,5
Saldo Externo de Bens e Serviços (% do PIB)	-4,3	-0,5	1,0	0,2	0,7	1,2
CTUPS (tx. de variação)	-2,0	-3,2	1,8	-1,3	-0,5	1,6

Pe - dados preliminares

Revisões das estimativas apresentadas no trimestre anterior

As Contas Trimestrais por Setor Institucional agora apresentadas incorporam nova informação com as consequentes revisões das estimativas anteriores de alguns agregados. Assim, comparativamente com a publicação anterior referente ao 3º trimestre de 2016, as revisões refletem a incorporação dos resultados atualizados das contas trimestrais para o conjunto da economia, publicados a 1 de Março passado.

Adicionalmente foram também integradas as versões mais recentes das Estatísticas Monetárias e Financeiras e da Balança de Pagamentos, produzidas pelo Banco de Portugal, sendo de salientar, no caso da Balança de Pagamentos, a significativa revisão em baixa do saldo dos rendimentos de propriedade em 2015.

Refira-se ainda que o nível nominal do PIB em 2016 foi revisto face aos dados publicados em 1 de março devido à incorporação de nova informação.

Notas metodológicas

Os resultados têm uma natureza preliminar dado que a informação de base utilizada está sujeita a revisões, e o tratamento de algumas transações pode ainda ser alterado nomeadamente com a incorporação da informação resultante da compilação de contas anuais.

As CTSI diferem das Contas Nacionais Trimestrais (CNT) por não serem ajustadas de sazonalidade. Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos apresentados referem-se ao ano acabado no trimestre de referência (o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares). Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano acabado no trimestre precedente. As CTSI são apresentadas exclusivamente em termos nominais.

Os agregados estimados baseiam-se no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010), sendo de destacar as seguintes definições:

Capacidade (+)/necessidade (-) de financiamento - A capacidade ou a necessidade de financiamento (B.9) é o montante líquido dos recursos que o setor institucional coloca à disposição dos restantes setores (se for positivo) ou que recebe dos restantes setores (se for negativo). Para o total da economia, a capacidade ou a necessidade de financiamento é igual, mas de sinal contrário, à necessidade ou à capacidade de financiamento do resto do mundo.

Consumo final – O consumo final corresponde à despesa realizada por unidades institucionais residentes com a aquisição de bens e serviços utilizados para a satisfação direta de necessidades individuais ou coletivas.

Custos do Trabalho por Unidade Produzida (CTUP) – Mede o custo médio do trabalho por unidade produzida e é calculado como o rácio entre a remuneração média por trabalhador remunerado e o PIB real por indivíduo empregado.

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) – A Formação Bruta de Capital Fixo (P.51g) engloba as aquisições líquidas de cessões, efetuadas por produtores residentes, de ativos fixos durante um determinado período e ainda determinados acréscimos ao valor de ativos não produzidos obtidos através da atividade produtiva de unidades de produção ou institucionais. Os ativos fixos são ativos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período superior a um ano.

Formação Bruta de Capital (ou Investimento) – A Formação Bruta de Capital (ou Investimento) (P.5) inclui a FBCF, a Variação de Existências (P.52) e as Aquisições (Líquidas de Cessões) de Objetos de Valor (P.53).

Rendimento disponível – Corresponde ao valor que cada setor institucional dispõe para afetar à despesa de consumo final ou à poupança.

Rendimento Nacional Bruto (RNB) – O Rendimento Nacional Bruto (a preços de mercado), representa o conjunto dos rendimentos primários recebidos pelas unidades institucionais residentes: remuneração dos empregados, impostos sobre a produção e importação líquidos de subsídios, rendimentos de propriedade (a receber menos a pagar), excedentes de exploração brutos e rendimento misto bruto.

Rendimentos de propriedade – Corresponde aos rendimentos a receber pelo proprietário de um ativo financeiro ou de um ativo não produzido corpóreo para remunerarem o facto de pôr fundos ou o ativo não produzido corpóreo à disposição de outra unidade institucional.

Poupança – A poupança mede a parte do rendimento disponível que não é afeta à despesa de consumo final. Se a poupança é positiva, o rendimento não despendido é consagrado à aquisição de ativos ou à redução de passivos. Se a poupança é negativa, certos ativos são liquidados ou certos passivos aumentam.

Produto Interno Bruto (PIB) – O Produto Interno Bruto (a preços de mercado) representa o resultado final da atividade de produção das unidades produtivas residentes. Pode ser definido de três formas: 1) o PIB é igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes setores institucionais ou ramos de atividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos (que não sejam afetados aos setores e ramos de atividade) – ótica da produção; 2) o PIB é igual à soma dos empregos finais internos de bens e serviços (consumo final efetivo, formação bruta de capital), mais as exportações e menos as importações de bens e serviços – ótica da despesa; 3) o PIB é igual à soma dos empregos da conta de exploração do total da economia (remunerações dos trabalhadores, impostos sobre a produção e importações menos subsídios, excedente bruto de exploração e rendimento misto do total da economia) – ótica do rendimento.

Setor institucional – O setor institucional agrupa as unidades institucionais que têm um comportamento económico similar. As unidades institucionais são classificadas em setores tendo como base o tipo de produtor que são e dependendo da sua atividade principal e função, sendo estes considerados como indicativos do comportamento económico das unidades. Cada unidade institucional pertence a um único setor.

Taxa de investimento – A taxa de investimento representa o rácio entre a FBCF e o Valor Acrescentado Bruto (VAB).

Taxa de poupança das Famílias – A taxa de poupança das Famílias mede a parte do rendimento disponível que não é utilizado em consumo final, sendo calculada através do rácio entre a poupança bruta e o rendimento disponível (inclui ajustamento pela variação da participação líquida das Famílias nos fundos de pensões).

Relativamente ao saldo das AP em contabilidade nacional e em contabilidade pública, importa esclarecer o seguinte:

No apuramento do défice orçamental na ótica das Contas Nacionais é necessário proceder a um conjunto de ajustamentos aos resultados apurados em Contabilidade Pública. A Contabilidade Pública obedece a uma ótica de caixa, registando-se todas as despesas que são pagas no período contabilístico. Em Contas Nacionais registam-se os encargos assumidos num determinado período contabilístico independentemente do seu pagamento ocorrer noutro período. Simetricamente excluem-se pagamentos respeitantes a encargos assumidos noutros períodos. Outro importante ajustamento efetuado está relacionado com a delimitação setorial do setor das AP, onde são incluídas entidades que não estão integradas no saldo em Contabilidade Pública mas que pertencem ao setor institucional das AP na ótica das Contas Nacionais e são retiradas entidades que não integram esse setor, mas estão incluídas no saldo em Contabilidade Pública. Finalmente há operações que, de acordo com o quadro conceptual das Contas Nacionais, têm uma classificação específica, nomeadamente alguns casos em que a aquisição por entidades das AP de participações de capital de outras entidades são contabilizadas como transferências de capital e não como operações financeiras, sendo necessário proceder aos ajustamentos correspondentes.